



Ataque militar dos EUA e de Israel contra o Irão

Implicações Económicas e Impacto nos Mercados Financeiros

A ofensiva militar dos Estados Unidos e de Israel espoleta uma nova fase no Médio Oriente, com repercussões no equilíbrio geopolítico, implicações para a energia e o comércio internacional. A operação, orientada para fragilizar capacidades estratégicas iranianas, desencadeou retaliações e reacendeu receios sobre a segurança do Estreito de Ormuz, ponto vital para o fluxo de petróleo e gás. A reação dos mercados até dia 6 de março foi de subida do petróleo, quedas dos índices acionistas e de aumento da procura por dólares num contexto de incerteza quanto à evolução militar e implicações económicas.

- Operação visa neutralizar capacidades nucleares e balísticas iranianas.
- Instabilidade no Estreito de Ormuz ameaça 20% do fluxo energético global.
- China tem uma elevada dependência do petróleo oriundo do Médio Oriente.
- Bancos centrais enfrentam o desafio de conter a inflação sem comprometer o crescimento.
- Mercados reagiram com a valorização do petróleo e do dólar, perante a queda das ações.
- Os mercados acionistas tendem a recuperar em 12 meses, salvo em crises de rutura prolongada.

Os EUA e Israel lançaram, na madrugada do dia 28 de fevereiro, uma série de ataques militares em múltiplos pontos do território iraniano. Designada pelo Departamento de Guerra dos EUA como “Operação Fúria Épica”, a campanha deverá ter três objetivos.

Os Objetivos Estratégicos

Degradação das Capacidades Nucleares e Balísticas do Irão

O primeiro dos objetivos estratégicos da ofensiva consiste em continuar a degradar as capacidades nucleares e o arsenal de mísseis balísticos iranianos. As ações, logo nas primeiras horas, incluíram ataques coordenados a infraestruturas militares e a plataformas de lançamento, com especial foco na neutralização de sistemas de mísseis, centros de comando e unidades da Guarda Revolucionária. Estes esforços, integrados num quadro de escalada crítica, procuram travar a consolidação do programa de mísseis e limitar a autonomia operacional do Irão, mitigando o risco de que o país reforce a sua capacidade de projeção regional ou desenvolva mecanismos de dissuasão que dificultem futuras ações de contenção.

Derrube da Liderança Iraniana

O segundo objetivo consiste na tentativa de derrubar a

liderança iraniana. De facto, o objetivo declarado dos EUA não se restringe somente à contenção nuclear. A declaração do Presidente Donald Trump dirigida ao povo iraniano - “assumam o vosso governo, ele pertence-vos” - juntamente com a formulação apresentada pelo Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu, de que se trata de “remover uma ameaça existencial”, tornam a mudança de regime um dos objetivos da intervenção. Trata-se, no entanto, de um passo de grande magnitude, juridicamente contestado e historicamente arriscado. A experiência histórica no Médio Oriente não oferece apoio substancial à ideia de que populações civis consigam assumir de forma ordeira o controlo político após o colapso das estruturas de liderança. Vácuos de poder tendem a gerar guerra civil, consolidação por fações radicais (no Irão, a população persa, embora maioritária, convive com Árabes, Azeríes, Turcomanos, Curdos, Talises, Brahuis e Baluchies, entre muitos outros), ou fragmentação prolongada - por vezes, todas estas dinâmicas simultaneamente. Neste contexto, destaca-se a morte do Líder Supremo, o clérigo Ali Khamenei, e de outros altos responsáveis. A morte de Khamenei é relevante, mas não significa o inevitável fim da República Islâmica. Embora o líder supremo fosse a autoridade máxima, não era o único, sendo que há muito que a sua sucessão vem a ser planeada. Da mesma forma, a Guarda Revolucionária, a fação armada que responde ...

... apenas aos clérigos, está profundamente enraizada nos setores político, económico e de segurança nacional, pelo que atacar a sua liderança a enfraquece, mas não a desmantela no imediato, mesmo também com a morte, já confirmada, de Mohammad Pakpour, responsável máximo desta força.

Impactos na China

De acordo com alguns analistas, um possível terceiro objetivo estratégico poderá ser a tentativa de condicionar a economia chinesa. A China obtém 73% das suas necessidades de petróleo bruto de fontes estrangeiras, com quase 40% do petróleo importado proveniente do Médio Oriente. É importante salientar que até às ações dos EUA na Venezuela, e agora no Irão, a economia tinha acesso a fontes de energia mais baratas, uma vez que beneficiava de descontos bastante favoráveis, pelo que para manter o nível de compras terá agora de obtê-la de outras origens a preços mais elevados. Embora a China tenha acumulado ao longo dos últimos anos reservas de petróleo muito relevantes, frequentemente citadas em torno de 1,2 a 1,3 mil milhões de barris, o que equivale a cerca de 80 dias de consumo, a médio prazo a sustentabilidade dos fornecimentos irá depender inevitavelmente de um reforço da diversificação das suas fontes de energia.

Ainda no caso chinês, um outro prejuízo é o que se encontra no âmbito das perceções e das disputas de poder, em concreto, uma vez que a reação ficou limitada a uma declaração de condenação a uma “agressão descarada” e “violação do direito internacional”, demonstrando que, na prática, apesar de ser uma potência económica, o país revela ainda uma vulnerabilidade ao nível da geopolítica global. A atuação discreta, ou inexistente, da China diante dos acontecimentos na Venezuela e no Irão expõe as limitações práticas das suas parcerias estratégicas com esses países.

Resposta Iraniana e Escalada Regional

Diferentemente dos ataques do verão passado, as autoridades iranianas não tardaram em responder. A contraofensiva, desencadeada apenas quatro horas após os ataques iniciais, incluiu projéteis lançados contra Israel, bases norte-americanas no Bahrein, Kuwait e Qatar, bem como infraestruturas civis em vários pontos do Golfo, demonstrando que planos de contingência estavam já preparados e prontos a ser executados.

Riscos Económicos Globais e Comparação com Conflitos Recentes

Não é possível, nesta fase, antecipar com fiabilidade a trajetória militar ou política futura, mas é evidente que se trata de um acontecimento capaz de gerar riscos económicos mais consideráveis que os verificados noutros conflitos recentes - incluindo a intervenção norte-americana na Venezuela, ou a Guerra dos 12 dias entre Israel e o Irão, em meados de 2025. Dada a sua capacidade de perturbar os mercados globais de energia e as cadeias de abastecimento, o impacto aproxima-se mais do que se observou após a invasão russa da Ucrânia em 2022. Tal como nesse caso, tudo indica que também este terá consequências políticas e económicas materiais e duradouras.

Embora neste momento o principal receio se prenda com o fluxo de petróleo e dos seus derivados, existe também o risco de infraestrutura que, embora secundário, não é trivial. Além do trânsito das matérias-primas, as infraestruturas de exportação do Irão detêm duas vulnerabilidades. A primeira, o facto de se encontrarem na ilha de Kharg os meios que permitem escoar 90% das exportações de petróleo bruto do país, ou à volta de 1,4 milhões de barris por dia, os quais foram, de acordo com alguns órgãos de informação, alvo de ataques. A segunda corresponde ao facto de a produção petrolífera iraniana se encontrar concentrada na província de Khuzistão, que responde por 80% a 85% da capacidade nacional. Danos significativos podem levar meses para serem reparados, considerando as restrições impostas pelas sanções. No entanto, é importante sublinhar que até ao momento a capacidade de produção no Golfo permanece, em geral, intacta. Ou seja, é a interrupção do transporte e não a perda física da produção que representa o principal risco de mercado. Pelo menos até ao momento.

Cenários Económicos

Cenário A: Alguns dias de ruído, seguidos por uma normalização do sentimento

Os ataques norte-americanos e israelitas esgotam rapidamente os alvos militares físicos, o ritmo operacional diminui e, dentro de poucos dias, emerge um cessar-fogo. A retaliação iraniana mantém-se limitada, mas suficientemente danosa para produzir utilidade política interna, contudo sem dimensão para desencadear uma escalada decisiva por parte dos EUA. O Estreito de Ormuz é alvo de tensão, com a circulação de navios a ser condicionada de forma significativa. ...

... O regime poderá sobreviver enfraquecido ou entrar num processo interno de transição. Do ponto de vista dos mercados, este cenário replicaria o observado em junho de 2025: um pico inicial nos preços do petróleo, que depois se dissipa à medida que diminuem os receios relativos a disrupções em Ormuz. O prémio de risco de guerra revela-se temporário, sem consequências económicas duradouras. Ou seja, o quadro económico seria de “ruído”: um pico temporário nos preços do petróleo, alguma procura por ativos de refúgio, e depois o regresso à agenda existente: tarifas, diferenciais de crescimento e inteligência artificial.

Cenário B: A retaliação iraniana força um conflito prolongado

O Presidente Trump indicou já que o conflito pode prolongar-se por quatro a cinco semanas. A retaliação iraniana - que atingiu mais de dez países - não aponta para qualquer moderação iminente. Neste cenário mais severo, os ataques prolongam-se para além dos alvos militares físicos, atingindo infraestruturas e ativos, reduzindo o ritmo operacional, mas estendendo o horizonte temporal de forma indefinida. Com a sobrevivência do regime em causa, o Irão intensifica a guerra económica assimétrica, com hostilização sustentada ao tráfego de petroleiros, reativação de ataques Houthi no Mar Vermelho, perturbando a atividade marítima no Estreito de Ormuz.

Mesmo uma disrupção parcial num ponto de estrangulamento que movimenta 20 milhões de barris de petróleo por dia e mais de 100 mil milhões de m³ de Gás Natural Liquefeito (GNL) por ano, seria suficiente para desencadear um choque de oferta de proporções históricas, tornando toda a região instável. As implicações de mercado seriam substancialmente diferentes: preços do petróleo a aproximarem-se dos 100 dólares ou mais, uma correção significativa nos mercados acionistas, uma fuga sustentada de ativos de maior risco, sem reversão rápida, perturbações prolongadas nas cadeias de abastecimento tanto para a China, como para a Europa, e um dilema profundo para os bancos centrais, sem solução óbvia.

Impactos nas Principais Economias e Regiões

Comércio global: um choque na oferta num momento de realinhamento das trocas internacionais

Este conflito atinge um sistema de comércio global que já se encontrava sob pressão devido às tarifas da Administração Trump e à guerra na Ucrânia. Mesmo sem

um bloqueio formal do Estreito de Ormuz, as consequências comerciais já se fazem sentir, com as seguradoras a cancelar coberturas, os prémios de transporte marítimo a disparar e muitos navios a serem reencaminhados para outras rotas ou a suspender a sua passagem. Existem também outros efeitos que se estendem muito além do setor energético. O encerramento do espaço aéreo no Golfo está a perturbar os corredores de aviação civil entre a Europa e a Ásia, logo o setor do turismo em várias regiões, incluindo no próprio Médio Oriente. Para além disso, uma eventual reativação das forças Houthi no Mar Vermelho encerraria a rota alternativa que permitiu manter fluxos comerciais durante episódios anteriores de tensão em Ormuz. Deste modo, um conflito prolongado, a combinação de custos energéticos mais elevados, perturbações logísticas e um choque de confiança generalizado constituiria um entrave significativo aos volumes de comércio global.

EUA: uma guerra que potencialmente agrava o custo de vida interno

Para os EUA, embora a exposição comercial direta ao Estreito de Ormuz seja limitada, a subida dos preços internacionais do petróleo promove o agravamento da atual crise do custo de vida. Os consumidores norte-americanos já enfrentam pressões significativas e os preços dos combustíveis são politicamente sensíveis em contexto pré-eleitoral. A subida do preço do petróleo também complicaria a trajetória futura da política monetária da Reserva Federal. Um segundo choque inflacionista do lado da oferta, num contexto em que os efeitos concretos das tarifas ainda se encontram por contabilizar, dificultaria a justificação de novas reduções das taxas de juro no curto prazo. Em simultâneo, se o conflito se prolongar e a incerteza penalizar o investimento empresarial, bem como a confiança dos consumidores, o cenário de crescimento deteriora-se. Existe um fator parcial de compensação: os EUA são um grande produtor de petróleo, pelo que preços mais elevados beneficiam o setor do xisto e melhoram os termos de troca da energia doméstica, embora penalizem as famílias. Contudo, esse equilíbrio é politicamente difícil de explicar e, provavelmente, economicamente insuficiente para compensar os efeitos negativos mais amplos.

Área Euro: a economia mais exposta e vulnerável entre as regiões desenvolvidas

A Europa, enquanto continente, é a região onde as consequências económicas são, potencialmente, mais ...

... severas. Num momento em que a Área Euro mostrava indícios de estar a sair de um longo período de estagnação, embora com sinais frágeis de recuperação que já estavam a ser afetados pela incerteza com as tarifas, a região enfrenta agora um choque energético, para além do choque comercial. A região importa praticamente todo o petróleo que consome e uma parte significativa do seu gás natural. Um aumento acentuado dos preços da energia e a possibilidade de disrupções reais no abastecimento poderão reavivar memórias da crise energética de 2021-2023, afetando as expectativas dos consumidores. Existem, no entanto, duas diferenças importantes face ao período anterior. Em primeiro lugar, já não depende de um único fornecedor crítico e, em segundo, este choque ocorre no final do inverno, e não no início.

Ásia: Inflação e balanças comerciais sob pressão

Até agora, a Ásia tem conseguido absorver a subida dos preços do petróleo, graças ao facto de a inflação permanecer, em geral, controlada na maioria das economias da região. Contudo, a severidade e a persistência do incremento dos preços determinarão o impacto real. Se prolongada, o continente, na sua maioria, é bastante vulnerável à volatilidade da cotação do petróleo e seus derivados, dada a dependência de importações de energia. Com exceção de Austrália, Malásia e Indonésia, todas as outras economias da região registam défices significativos na balança energética, sendo que uma parte substancial do abastecimento asiático provém do Golfo Pérsico. O Japão e as Filipinas obtêm cerca de 90% das suas necessidades da região, enquanto a China e a Índia importam 38% e 46%, respetivamente. Qualquer disrupção no Estreito de Ormuz pode restringir a oferta, desacelerar a atividade empresarial e pressionar o setor industrial. Mesmo sem disrupção física, preços globais mais altos degradam rapidamente as contas externas e intensificam pressões inflacionistas. Tailândia, Coreia do Sul, Vietname, Taiwan e Filipinas são as economias mais expostas.

Por fim, em termos do impacto no crescimento dos preços, dado o peso elevado dos combustíveis nos cabazes de inflação de muitos países emergentes da Ásia, um aumento do preço do petróleo incrementa a inflação em uma magnitude maior do que em outras geografias.

A política monetária e o Novo Choque de Oferta

A resposta dos bancos centrais a choques de oferta petrolífera alterou-se de forma significativa após estes se terem tornado confiantes de que a sua credibilidade na manutenção de uma inflação baixa no médio prazo estava solidamente estabelecida. Assim, autoridades monetárias que durante as décadas de 1970 e 1980 reagiam com aumentos de taxas perante choques petrolíferos, passaram a centrar-se mais na possibilidade de desaceleração da atividade económica resultante da perda de poder de compra, também devido a ganhos de produtividade e à menor dependência das economias em relação a fontes de energia fóssil.

Neste contexto, é razoável argumentar que picos abruptos e disruptivos nos preços do petróleo, desencadeados por choques de quebra de oferta e por um agravamento de conflitos militares, podem inclinar os bancos centrais para a adoção de medidas de adição de estímulos. De facto, um incremento súbito e inesperado do custo da energia não é necessariamente indutor de inflação, nem de uma estratégia de agravamento das taxas de juro. Para que os bancos centrais sejam forçados a aumentar as taxas de juros, duas condições teriam de ser satisfeitas: (i) os preços do petróleo teriam de subir não só de forma significativa, como, duradoura, e (ii) as expectativas de inflação teriam de passar a estar desestabilizadas. Se, por um lado, sem estas condições cumpridas, a guerra terá pouco impacto na política monetária, por outro lado, se cumpridas, colocariam os decisores monetários perante a necessidade de equilibrar riscos opostos: a pressão descendente sobre o crescimento e o impulso adicional que tal poderia conferir à inflação em 2026.

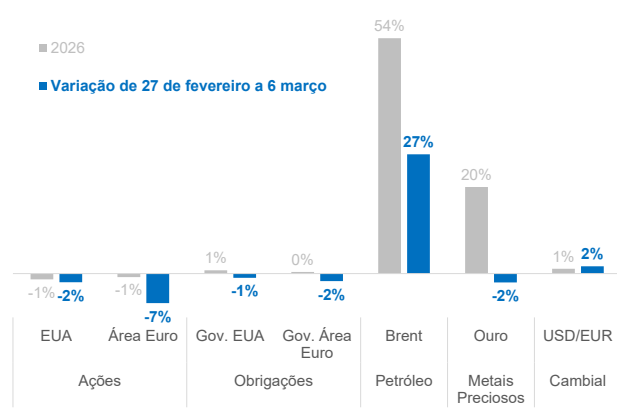
O Banco Central Europeu, em concreto, encontra-se perante um dilema genuíno. A inflação nos serviços permanece elevada e um choque petrolífero alimenta a inflação dos bens. Uma análise do BCE, divulgada em dezembro, mostrou que um aumento de 14% nos preços do petróleo elevaria a inflação em 0,5 p.p. e reduziria o crescimento do PIB em 0,1 p.p. - efeito apenas de preços, não incluindo disrupções adicionais nas cadeias de abastecimento. Perante isto, e com memórias recentes da forte subida inflacionista, o BCE dificilmente classificará um novo choque petrolífero como temporário. No entanto, para justificar um aumento das taxas de juro, a economia da região teria de demonstrar uma clara e maior resiliência.

...

Impacto nos Mercados Financeiros

A ofensiva militar desencadeada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irão volta a colocar o abastecimento energético global no centro da atenção dos mercados. A escalada confirma que potenciais perturbações na oferta, principalmente através do Estreito de Ormuz, permanecem o principal risco para a estabilidade dos preços e para a perceção de risco global. Paralelamente, os ataques iranianos a infraestruturas do Golfo adensam a incerteza e ampliam a vulnerabilidade de países e de empresas mais expostos ao setor de energia.

Desempenho de Mercados Financeiros Seleccionados



Fonte: Caixa Gestão de Ativos
Nota: dados até 6 de março de 2026.

Petróleo

O petróleo, a par do GNL, continua a ser o principal canal de transmissão do choque. Em específico, o Estreito de Ormuz, através do qual atravessa cerca de 20% da oferta global de petróleo e GNL, constitui um ponto crítico em que qualquer perturbação, mesmo parcial, se traduz num ajustamento imediato de preços. Embora um encerramento prolongado do Estreito seja improvável, o risco à circulação mantém o custo de transporte elevado.

No que se refere ao constrangimento gerado ao nível das exportações iranianas, as consequências poderão ser limitadas dado que já se encontram sob sanções, mas o impacto sobre os fluxos para a China será mais relevante, ainda que este país asiático possa compensar as disrupções da oferta de crude iraniano recorrendo a reservas estratégicas. Quanto aos preços de gás natural, poderão revelar-se mais sensíveis, também devido à produção no Irão e no Catar, onde uma perturbação operacional é suscetível de ter repercussões nos mercados internacionais.

A subida das cotações destas matérias-primas reflete a

probabilidade crescente de ocorrência de cenários de disrupção mais profunda, decorrentes de instabilidade interna, sabotagem ou intensificação regional do conflito. Apesar disso, um bloqueio prolongado do Estreito de Ormuz ainda poderá ser considerado pouco provável e, caso as infraestruturas energéticas permaneçam intactas e a navegação seja retomada, os preços deverão normalizar gradualmente. Em paralelo, o anúncio por parte da OPEP+ de um aumento da oferta, a partir de 1 de abril, favorecerá alguma contenção da cotação do petróleo. Ainda assim, no curto prazo, a volatilidade deverá manter-se em patamares elevados, com rápidas oscilações de preços em função dos novos desenvolvimentos.

Mercado Obrigacionista

O impacto nos mercados de obrigações sucede, tipicamente, pelo incremento da procura por ativos de elevada qualidade creditícia, tal como a dívida soberana, que possa desempenhar o papel de reserva de valor. Contudo, na primeira semana após o ataque ao Irão as yields registaram uma subida ao longo da curva de rendimentos, quer nos EUA como na Área Euro. Tal indicia uma maior preocupação com a inflação face ao crescimento económico, em que a subida dos preços dos bens decorrente do encarecimento do petróleo não induz um abrandamento significativo da atividade económica. É ainda cedo para uma avaliação conclusiva, mas é importante referir que um choque energético persistente poderia prejudicar a confiança das famílias e consequentemente o consumo.

Mercados Acionistas

A generalidade dos principais índices de ações denotaram perdas, que foram bastante mais contidas no caso norte-americano. O efeito na economia real dependerá da duração do conflito e da extensão das perturbações logísticas. Se forem duradouras, o impacto adverso far-se-á sentir através da queda da confiança e da deterioração das condições financeiras, capazes de penalizar as receitas e os lucros. As empresas com poder de preços e menor exposição energética deverão evidenciar maior resiliência, enquanto os setores intensivos em logística e combustível enfrentarão maior pressão de margens. Perante a independência energética dos EUA em relação ao exterior, em contraposição com a Área Euro ou o Japão, os índices norte-americanos poderão revelar-se mais resilientes.

...

Mercado Cambial

O dólar, beneficiando do seu estatuto de refúgio internacional, apreciou em relação às principais moedas, incluindo o euro. Apesar de sinais de fadiga da procura por dólares devido à rotação para outras divisas, a manutenção de um conflito militar no Golfo Pérsico poderá favorecer a moeda norte-americana.

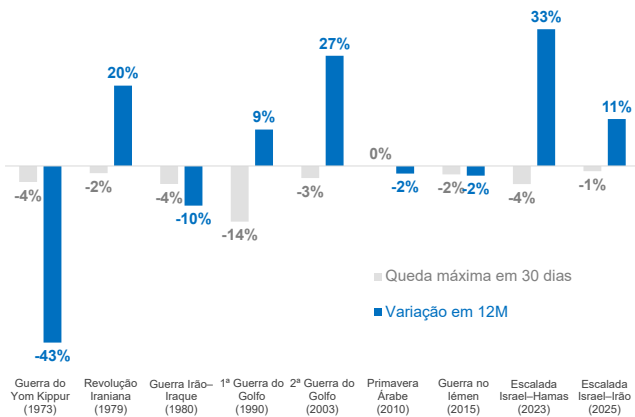
Ouro

O metal precioso mais relevante, o ouro, contrariou o comportamento verificado em eventos de aversão ao risco ao desvalorizar, penalizado pela revisão em baixa das expectativas de cortes de juros, pela procura por liquidez e, sobretudo, pela apreciação do dólar.

Considerações Finais

A prazo, o ponto crucial será perceber se o conflito permanece contido ou se evolui para uma disrupção significativa dos fluxos de energia e logística. A subida dos custos de transporte marítimo e o agravamento das condições de seguro já refletem o aumento do risco implícito, sendo que na maioria das rotas regionais a despesa com o frete de mercadorias já está a aumentar de forma material, mesmo sem evidência de uma queda relevante da produção global de petróleo.

Desempenhos do índice acionista de referência dos EUA após eventos geopolíticos no Médio Oriente



Fonte: Caixa Gestão de Ativos
Nota: Os desempenhos são em moeda local

A análise histórica do comportamento do índice acionista de referência norte-americano perante choques geopolíticos no Médio Oriente evidencia um padrão

relativamente consistente: a reação inicial tende a ser negativa, refletindo a reavaliação do risco, em particular o receio de disrupções no fornecimento energético e o aumento da aversão dos investidores ao risco. Em vários eventos, como a Revolução Iraniana, a Guerra Irão-Iraque, a 1.ª Guerra do Golfo ou, mais recentemente, a escalada Israel-Hamas, observa-se um recuo inicial das ações, em alguns casos significativo, mas que, na ausência de impactos económicos mais persistentes ou de disrupções prolongadas nos fluxos de energia, é geralmente seguido por uma recuperação progressiva, culminando em desempenhos positivos ao fim de doze meses. A exceção prende-se com a Guerra do Yom Kippur, cuja queda acentuada e ausência de recuperação ao fim de um ano se explicam pela crise petrolífera de 1973, que desencadeou um choque severo, inflação persistente e um abrandamento económico global profundo. Desta forma, apesar do choque inicial, os mercados tendem a reagir de forma ordenada quando se torna mais evidente que as implicações macroeconómicas estruturais são limitadas. Por esse motivo, excluindo os cenários que alterem estruturalmente o equilíbrio do fornecimento da energia mundial, os mercados acionistas tendem a absorver o impacto e a recuperar ao longo dos meses seguintes.

Em suma, após a intervenção na Venezuela no início do ano, o ataque dos EUA e de Israel contra o Irão reforça que em 2026 os riscos geopolíticos serão um fator decisivo, tornando imprescindível a monitorização dos seus impactos, a par da manutenção de uma abordagem cautelosa e sistematizada na gestão dos seus investimentos.

Este artigo foi escrito no dia 3 de março de 2026, tendo sido atualizado no dia 9 de março de 2026.

Para além da Direção de Estratégia, contribuiu para a elaboração e revisão deste documento a Direção de Supervisão e Compliance.

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa

Capital Social € 9.300.000 - NIPC 502 454 563

www.caixagestaodeativos.pt

Esta informação é realizada com um objetivo informativo. Não constitui uma recomendação de investimento e não pode servir de base à compra ou venda de ativos nem à realização de quaisquer operações nos mercados financeiros, assim como não deve ser considerado a base de qualquer tipo de contrato ou investimento que possa ser realizado. Na preparação do presente documento não foram considerados objetivos de investimento, situações financeiras ou necessidades específicos dos clientes, não tendo existido na sua elaboração a adequação da informação a qualquer investidor efetivo ou potencial nem ponderadas circunstâncias especificadas de qualquer investidor efetivo ou potencial.

A presente informação incorpora a visão desenvolvida pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos) e baseia-se em informação pública disponível e nas condições de mercados à data, proveniente de várias fontes que se creem credíveis, não sendo possível garantir que a mesma esteja completa ou precisa, estando sujeita a revisões, atualizações e alterações futuras sem aviso prévio. Não pode, assim, ser imputada qualquer responsabilidade à Caixa Gestão de Ativos, por perdas ou danos causados pelo seu uso.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura.

A presente informação não dispensa, de modo algum, a consulta dos Documentos Constitutivos dos Fundos disponíveis em www.cmvm.pt e www.caixagestaodeativos.pt.

Salvo autorização expressa da Caixa Gestão de Ativos, não está autorizada a publicação, duplicação, extração e transmissão destes conteúdos informativos. A Caixa Gestão de Ativos, não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de alterar a integridade do conteúdo desta mensagem, resultante da sua transmissão eletrónica.



Caixa. Para todos e para cada um.



Caixa Gestão de Ativos